



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

VOTO Nº 724/2017

PROCESSO Nº 0100311-45.2016.4.02.0000

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES

PROCURADORA SUSCITANTE: MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES (PR/RJ)

PROCURADOR SUSCITADO: PAULO AUGUSTO GUARESQUI (PR/ES)

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. SUPOSTA INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA DE EMPRESA EM DUAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO. CRIME DE DESCAMINHO. ATRIBUIÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO.

1. Inquérito Policial instaurado para apurar suposta interposição fraudulenta de pessoa jurídica em duas operações de importação, sendo constatado em ação fiscal que a empresa investigada, ante a ausência de capacidade econômica, não seria a real adquirente das mercadorias nacionalizadas.

2. O il. Procurador da República atuante na PR/ES, por considerar que as condutas narradas configuram o crime de descaminho (CP, art. 334), falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304), solicitou a remessa dos autos à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, haja vista que o desembaraço aduaneiro ocorreu nessa localidade.

3. A il. Procuradora da República oficiante na PR/RJ, entendendo que os fatos deveriam ser tratados como crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º, III), suscitou o presente conflito negativo de atribuição, argumentando que os fatos devem ser analisados por uma das Varas Federais do Espírito Santo, uma vez que a ação fiscal foi realizada pela Alfândega de Vitória e que lá também é o domicílio fiscal da empresa.

4. Assiste razão ao Procurador da República suscitado ao entender que: *“os créditos originados dos Autos de Infração lavrados no âmbito do PAF n.º 12466.000693/2007-27 (fls. 14/16, 29/31, 35/37 e 47/49 do PAC n.º 1.17.000.000670/2007-58) referem-se, em verdade, a multas proporcionais ao valor aduaneiro das mercadorias, aplicadas em substituição à pena de perdimento (vez que as mercadorias não foram apreendidas), e não a tributos devidos em virtude de sonegação”*.

5. Os fatos narrados configuram, em tese, o crime de descaminho, tendo em vista a redução de imposto devido pela internalização de mercadoria, mediante o uso do expediente de interposição fraudulenta, devendo os autos serem encaminhados para a PR/RJ, local onde ocorreu o desembaraço aduaneiro.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar suposta interposição fraudulenta da pessoa jurídica TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA em duas operações de importação, sendo constatado em ação fiscal que a empresa investigada, ante a ausência de capacidade econômica, não seria a real adquirente das mercadorias nacionalizadas.

O il. Procurador da República atuante na PR/ES, por considerar que as condutas narradas configuram o crime de descaminho (CP, art. 334), falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304), solicitou a remessa dos autos à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, haja vista que o desembaraço aduaneiro ocorreu nessa localidade (fls. 127/134).

A il. Procuradora da República oficiante na PR/RJ, entendendo que os fatos deveriam ser tratados como crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º, III), suscitou o presente conflito negativo de atribuição, argumentando que os fatos devem ser analisados por uma das Varas Federais do Espírito Santo, uma vez que a ação fiscal foi realizada pela Alfândega de Vitória e que lá também é o domicílio fiscal da empresa (fls. 11 e 164/165).

Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, VII, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Acompanho o entendimento do il. Procurador da República suscitado ao entender que:

verificou-se que o crédito decorrente da lavratura do Auto de Infração pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro referia-se, em verdade, à conversão do perdimento das mercadorias em pecúnia, ante a impossibilidade de sua apreensão (fls. 04/12 do Apenso I). Constatou-se, inclusive, que a TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA. já havia recolhido integralmente o valor consignado no Auto de Infração, mediante a conversão do depósito realizado como garantia para liberação das mercadorias acobertadas pelas DI's n.º 06/0519017-2 e n.º 06/0428803-9 (fls. 34 e 48 do Apenso I).

Ante a constatação acima mencionada, concluiu o *Parquet* que “*não é o crédito tributário em si o objeto de apuração nestes autos, mas sim a provável atuação da empresa TEXAS TRADING DO BRASIL LTDA. como interposta pessoa a fim de ocultar os verdadeiros importadores por ela internalizadas*” (fls. 46/47).

(...)

Com efeito, compulsando os autos, verifica-se que os créditos originados dos Autos de Infração lavrados no âmbito do PAF n.º

12466.000693/2007-27 (fls. 14/16, 29/31, 35/37 e 47/49 do PAC n.º 1.17.000.000670/2007-58) referem-se, em verdade, a multas proporcionais ao valor aduaneiro das mercadorias, aplicadas em substituição à pena de perdimento (vez que as mercadorias não foram apreendidas), e não a tributos devidos em virtude de sonegação. Assim, ante a inexistência de supressão ou redução de tributo, contribuição social ou qualquer acessório, não há falar, no presente caso, em crime contra a ordem tributária.

(...)

No presente caso, em se tratando dos crimes de descaminho, uso de documento falso e falsidade ideológica, a consumação – critério utilizado pelo legislador para fixação da competência territorial, conforme art. 70 do Código de Processo Penal – ocorreu no local do desembarço aduaneiro, onde foram nacionalizadas as mercadorias acobertadas pelas DI's listadas na tabela acostada às fls. 18/28 do PAC n.º 1.17.000.000670/2007-58.

Todas as DI's listadas foram registradas junto a recintos aduaneiros localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Assim, os fatos narrados configuram, em tese, o crime de descaminho, tendo em vista a redução de imposto devido pela internalização de mercadoria, mediante o uso do expediente de interposição fraudulenta.

Ante o exposto, voto pela fixação da atribuição da Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

Remetam-se os autos à il. Procuradora da República suscitante, para adoção das providências cabíveis, cientificando-se o il. Procurador da República suscitado, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 03 de fevereiro de 2017.

**José Bonifácio Borges de Andrada**  
Subprocurador-Geral da República  
Suplente – 2ª CCR

/VD.